

DIREITOS DOS REFUGIADOS: PROTEÇÃO E EFETIVAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

RIGHTS OF REFUGEES: PROTECTION AND ENFORCEMENT IN BRAZILIAN LEGAL SYSTEM

Bruno Marasquin Rodenbusch; Daiane Schneider Leviski;

Elisa Cardoso Ferretti; Jordana Das Chagas Simm; Silvana Mariano Quaresma

Acadêmicos do 5º período do curso de Direito do Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA/CNEC.

E-mails: brunomarasquinrode@gmail.com; daia19971@hotmail.com; elisaacardoso@gmail.com; jojo-cs231@hotmail.com; silvanamariano27@hotmail.com.

Vera Maria Werle

Possui Licenciatura Plena em Letras pelo Centro Integrado de Ensino da Furi Campus de Santo Ângelo e graduação em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo/IESA. Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ. Professora titular do IESA Santo Ângelo nos cursos de graduação e pós-graduação. E-mail: verawerle@brturbo.com.br. Endereço do CV: <http://lattes.cnpq.br/5820235090977579>.

RESUMO

O deslocamento forçado dos refugiados constitui numa das problemáticas humanitárias de maior intensidade na atualidade. Fugindo de seus países devido tanto a guerras civis, quanto a violações de seus direitos, os refugiados procuram em outras localidades a possibilidade de uma vida mais segura, estável e digna para as suas famílias. Buscando sanar questões relativas aos refugiados e seus direitos humanos e fundamentais, o presente artigo desenvolveu de forma sucinta uma retrospectiva histórica abordando o principal motivo de seus deslocamentos, uma breve distinção sobre a correta utilização do termo refugiado, as causas pelas quais são obrigados a deslocarem-se de seus países, uma análise sobre os direitos humanos, fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana, adentrando por fim no problema inicial proposto, referente a efetivação das garantias e direitos que abrangem os refugiados no âmbito nacional brasileiro. Sendo assim, percebeu-se que com a notória legislação existente e a ratificação de importantes tratados de proteção aos refugiados, o Brasil caminha no sentido de um dos países mais acolhedores e abertos em termos de proteção legislativa. No entanto, as divergências de cunho pré-conceitual, cultural e social

no tocante à população local e aos indivíduos que aqui adentram é visível e interfere nas garantias oferecidas, entrando em conflito com a efetivação e o posicionamento legislativo. Essa problemática, adquire maior visibilidade com o constante aumento do número de refugiados em território brasileiro, acarretando em futuras preocupações referentes à efetiva proteção desses indivíduos.

Palavras-chave: Refugiados. Direitos Humanos. Direitos Fundamentais. Proteção.

ABSTRACT

The forced displacement of refugees is a humanitarian problem of greater intensity today. Running away their countries because of civil wars, violations of their rights, refugees seek elsewhere the possibility of a safer life, stable and dignified life for their families. To remedy issues relating to refugees and their fundamental and right human, the article developed briefly a historical retrospective covering the main reason for their displacement, a brief distinction on the correct use of the term refugee, the causes for which are required to move their countries, an analysis of the fundament human right and the fundament human right and the principle of human dignity, entering finally in the proposed initial problem, for the implementation of the guarantees and right covering the refugees at the national level. Thus, it was realized that with the notorious existing legislation to refugees, the Brazil walks toward a more welcoming and open countries in terms of legislative protection. However, the differences of pre-conceptual, cultural and social nature with regard to the local population and those here enter is visible and interferes in the guarantees offered, coming into conflict with the legislative establishment and positioning. This issue acquires greater visibility with the constantly increasing in Brazil numbers of refugees, resulting in future concerns regarding the effective protection of these individuals.

Keywords: Refugees. Human Rights. Fundamental Rights. Protection.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo tem como objetivo propor um estudo sobre a proteção e efetivação dos direitos dos refugiados que adentram no território brasileiro, analisando a questão do refúgio a partir de uma compreensão da história de seu movimento, de quem se configura como refugiado e o motivo pelo qual se encontra nessa condição de deslocamento forçado, sendo que essa definição constitui um dos desafios atualmente, pois é um termo não corretamente aplicado por muitos, resultando em uma conceituação incorreta. Procura-se, conjuntamente, estabelecer uma análise sobre os direitos humanos, fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana, de suma importância para o estudo do tema. Utiliza-se neste

trabalho a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, declarações, documentos, leis. Valendo-se do ponto de vista qualitativo e quantitativo.

O movimento dos refugiados ganhou força após as duas grandes guerras mundiais que obrigaram as pessoas perseguidas a se esconderem ou procurarem refúgio em outros países. Atualmente os maiores deslocamentos ocorrem nas regiões da África, Ásia e Oriente Médio, com uma grande procura de abrigo no continente Europeu. O refugiado é definido pela Convenção de 1951, pelo Protocolo de 1967 e pela Declaração de Cartagena de 1984 como aquele indivíduo que se desloca forçadamente de seu país de origem, devido a guerras civis, perseguições motivadas por sua crença, raça, ideologias, violações aos direitos humanos, miséria, dentre qualquer outro temor a sua vida e de sua família.

Todas essas questões fazem com que se desloquem para outros países em busca de uma vida digna e com segurança. O Brasil é hoje, um dos países mais acolhedores dos refugiados, possuindo um sistema amplo de garantias de direitos e uma das legislações mais avançadas sobre o tema. O número de indivíduos que optam pelo Brasil vem crescendo a cada ano, aumentando a necessidade da melhoria das políticas públicas para o recebimento e estabelecimento dos refugiados. Estes que chegam muitas vezes sem documentos, sem condições para manter sua família, e enfrentam dificuldades com sua cultura e idioma em relação a população local extremamente preconceituosa com o diferente.

1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA NO BRASIL E NO MUNDO

Os refugiados passam atualmente, por muito sofrimento tortura e diversas calamidades até encontrarem um país para se assentarem. A cultura do refúgio vem de décadas passadas, tal fato em vez de diminuir parece que cada vez mais vem aumentando. Constatase que já havia refugiados no século XV. Devido aquelas pessoas que não seguiam uma devida religião no período da Inquisição, eram fortemente perseguidas, tanto que a Igreja Católica chegou a expulsar os judeus da Espanha, os católicos franceses também expulsaram de seu país os protestantes.

De acordo com a autor Wellington Pereira Carneiro “no final da Segunda Guerra Mundial, havia cerca de 800 mil refugiados” (2012, p. 16). As duas grandes guerras foram um catalizador para ocorrer o refúgio, uma vez que civis estavam pagando o preço com sua morte, outros como meio de se abrigarem e fugirem da guerra acabaram, por deixar seu país de origem e ir em busca de um lugar seguro para viver. Além de haver muitas dificuldades

para transitarem em período de guerras, corriam o risco de não ser aceitos no país para o qual estavam se dirigindo. Precisavam de um lugar que desse segurança, abrigo, cuidados, um lugar que lhes proporcionassem uma nova vida, à medida que seu próprio país agiu com descaso perante eles, sem dar o devido atendimento. No período da Segunda Guerra Mundial, percebe-se que a Alemanha com um grande poderio e com o intuito de predominar a raça ariana sobre todas as outras, invadiram diversos países para massacrar judeus, negros, homossexuais, ciganos e todos aqueles que fossem contras suas ideologias.

Diante disso, em países como a Polônia, muitos viram como solução tentar fugir, uma vez que seriam pegos, torturados e provavelmente mortos, seu próprio país não tinha condições para defendê-los e abrigá-los, pois, haviam sido trucidados pela guerra. A Europa também foi alvo de países comunistas, como da União Soviética que tinha como objetivo instalar um governo comunista, muitos se deslocaram de seu país para não perder sua liberdade, que é uma garantia fundamental de todos, assim provavelmente estariam submetidos a ordens de líderes comunistas autoritários. Mas o refúgio não ocorreu somente na Europa, na Ásia se mostrou presente, devido aos ataques, principalmente da Guerra da Coreia que desabrigaram a população obrigando-as a procurar um novo país de morada. Diante disso, a ONU se manifestou criando uma agência para os refugiados, chamado de Alto Comissariado dos refugiados, que chegou a ganhar o prêmio Nobel da paz.

Tratados foram firmados com a Polônia, o Estado Servo-croata-esloveno, a Albânia e a Bulgária, entre outros instrumentos contendo a proteção de minorias étnicas, linguísticas e religiosas, assim como introduzindo a responsabilidade internacional com respeito à proteção de pessoas (CARNEIRO, 2012, p. 14).

Os tratados elaborados por tais países advieram de conflitos internos e especialmente das guerras, que faziam com que a população local se abrigassem em outros países. Houve uma certa demora para se efetivarem e produzirem efeitos naquela época, entretanto, estavam presentes para garantir um mínimo de direitos para as minorias oprimidas. Percebe-se que os considerados como refugiados eram aqueles perseguidos por suas características pessoais, como no caso dos refugiados pelo nazismo, os judeus, negros, ou seja, as minorias como foi no período entre guerras. Logo, esses tratados foram uma forma de esboço para o direito futuro, uma vez que se tornaram atualmente um direito fundamental.

Após o advento das duas grandes Guerras, surgiu no cenário mundial a Guerra Fria como afirma o autor Wellington Carneiro: “Interessante notar que no final da Guerra Fria o número de refugiados no mundo chegava a 11 milhões” (2012, p. 16). A possibilidade de

estourar uma guerra capaz de trazer consequências drásticas fez com que um número exorbitante de pessoas se deslocassem de seu país, em busca de um que lhes garantissem o mais importante, a segurança. De fato, a guerra nunca chegou a ‘explodir’, mas apenas a sua prerrogativa de vir a acontecer, causou medo e insegurança na população, que ao fim da guerra fria com a queda do muro de Berlim, trouxe um certo alívio, uma vez que a população poderia transitar sem medo. A guerra do Vietnã ocorreu no mesmo período em que se dava a Guerra Fria. O Vietnã foi fortemente bombardeado, suas terras estavam contaminadas e por isso não podia haver o cultivo da agricultura, muitos rios também foram contaminados, isso foi a causa para muitos fugiram para se abrigarem em territórios vizinhos e outros fugiram pelo Mar da China com míseras condições de vida.

[...] os refugiados não são importantes intelectuais opositores de regimes autoritários, ou membros de grupos étnicos discriminados por estados chauvinistas, mas pessoas comuns, trabalhadores, jovens e mulheres que são envolvidos involuntariamente em conflitos armados onde os seres humanos se transformaram no principal recurso de guerra (CARNEIRO, 2012, p.24).

Já durante o século XX uma série de judeus foram em direção ao Oriente Médio, mais precisamente na Palestina, entretanto, neste local foi fundado o Estado de Israel, território judaico com a presença de islâmicos também. Diante de tal fato, árabes passaram a ser refugiados, e isso vem desencadeando uma série de guerras e conflitos internos, pelo domínio do território, resultando na morte de diversos inocentes, que não trazem nenhum perigo para as autoridades, geralmente são pessoas comuns, trabalhadores que apenas cuidam de suas vidas, este fato ocorre em diversos territórios. Estes, acabam por buscar um país que lhes de uma vida digna, pois seu próprio país está mais ocupado com os conflitos do que lhes proporcionar tranquilidade.

Carneiro ainda destaca que “O Brasil e o Chile são países emergentes de reassentamento, já que tradicionalmente este era implementado apenas nos países industrializados” (2012, p. 29). De acordo com tal assertiva percebe-se que o Brasil, mesmo não sendo um país desenvolvido, acaba por ser uma opção de acolhida para os refugiados. Uma vez que, a grande maioria vai ao encontro da Europa, países de primeiro mundo, com uma qualidade de vida exemplar, não somente por essa significância, mas também por muitas vezes se encontrar mais próximo do que outros. Entretanto, o Brasil, hoje é considerado um país de reassentamento solidário, proporcionando vários programas de sistematização para a acolhida dos refugiados, sendo para estes uma alternativa, já que se mostra presente um contexto de fronteiras cada vez mais fechadas. Essa questão virou um tema tão sério que se

fez necessária a criação de uma própria legislação para eles no sistema judiciário brasileiro. A acolhida aos refugiados proporciona uma miscigenação de culturas e hábitos o que traz mais conhecimentos sobre outras partes do mundo.

De acordo com a assertiva da autora Liliana Lyra Jubilut “São Paulo, juntamente com o Rio de Janeiro, é o núcleo mais antigo de atendimento a refugiados no Brasil” (2012, p. 33). Por serem uns dos estados mais populosos do Brasil, com grande fluxo de pessoas, muitos são atraídos para os grandes centros com a falsa ilusão de que terão melhores condições de vida, melhores empregos, mais segurança, de fato terão abrigos e talvez um pouco mais de tranquilidade e segurança do que encontravam em seu país de origem, mas não estão livres da violência urbana, do preconceito. Essas grandes metrópoles possuem uma parceria de programas com a ACNUR e a ONU, encarregados de protegê-los e encaminharem sua documentação, entre outros.

Durante o período de ditaduras em alguns países da América do Sul, incluindo o Brasil – considerado os Anos de Chumbo –, militares torturavam, perseguiram diversos indivíduos para obterem informações, ou aqueles que iam contra sua ditadura. Muitos chegaram a se refugiar em países vizinhos que os acolhiam. Por isso como destaca Jubilut: “No período de início da redemocratização do Brasil, pode-se dizer que foram os angolanos o grupo principal de refugiados atendidos” (2012, p. 43). Após notarem que a ditadura militar não era a forma mais justa e adequada de governar, ocorreu no país um período de redemocratização trazendo diversas mudanças, isso veio a possibilitar a entrada de novos sujeitos no Brasil, na época o número de refugiados que se destacou foi os angolanos, pois seu país estava passando por crises internas e guerras civis, onde viram no Brasil uma nova chance de vida.

Atualmente guerras na Síria vem ocasionando um número alarmante de refugiados. Que veem como solução se refugiarem em países vizinhos, para tanto arriscam suas vidas, fugindo pelo mar o que está acarretando diversas mortes, pois não há um mínimo de segurança. O Líbano, a Europa, principalmente a Alemanha, e diversos outros países menores que não possuem estrutura suficiente, recursos, alimentos, estão fazendo o possível para abrigá-los. Muitos são sobreviventes de tortura e violência sexual, geralmente apresentam sequelas psicológicas, com o emocional muito fragilizado, podendo precisar de tratamento adequado, e de um país que disponibilize esses cuidados especiais. As mulheres e crianças são também perseguidas por serem consideradas mais fracas e alvos mais fáceis. Sofrem abusos sexuais, e muitas vezes são pegadas para serem escravas sexuais, além de sofrerem torturas tanto físicas como psicológicas, como não tem onde se abrigarem tentam cruzar fronteiras

perigosas para tentarem salvar suas próprias vidas e de seus filhos. Como destaca Carneiro: “Tenta-se afirmar que as possibilidades de busca de novos espaços humanitários é ilimitada, mas obviamente não o são, e as crises de refugiados tornam-se cada vez mais securitizadas e percebidas como ameaças insolúveis” (2012, p. 30).

Logo, podemos notar que atualmente o refúgio ocorre devido guerras civis, crises internas. A maioria dos refugiados vem da África, há medidas que facilitam sua entrada, devido a muitos programas de assistência. O principal motivo para procurarem outro lugar de morada, é porque são perseguidos e correm risco de morte, necessitando de um lugar seguro, que lhes de uma nova chance de recomeçar suas vidas, pois seu próprio país está perseguindo-os.

Mas essa onda de refugiados também desperta um certo medo na população, principalmente dos refugiados que tentam fugir do terror do Estado Islâmico. Muito se fala de controlar a fronteira e as entradas nos territórios, como uma forma de prevenção. Vários países não admitem a entrada de ‘estranhos’ em sua jurisdição, aqueles que não são signatários da Convenção de 1951. Percebe-se que antes de haver tratados e proteção para os refugiados estes entravam mais facilmente em um estado estrangeiro, hoje com diversas Convenções, alguns países não são signatários e como estamos na era digital onde a informação percorre mais rápido para todo o mundo, certas regiões possuem uma preocupação a mais ao admitirem a entrada de outros em seus países. Muitos países estão em crise, como a Grécia, por exemplo. Estes possuem escassas ofertas de emprego e não possuem estrutura para acomodar milhares de refugiados, que provavelmente não terão como se acomodar e tirar seu meio de subsistência em meio da forte crise, vivendo assim em precárias condições.

A questão do refúgio é um problema nacional e internacional, uma vez que os direitos individuais, sua dignidade humana estão sendo corrompidos, é com urgência que se deve ampará-los. A população precisa ter um olhar mais solidário, a ética coletiva precisa ser despertada para se fazer presente o respeito mútuo perante o estrangeiro.

2 REFUGIADOS, MIGRANTES E REQUERENTES DE ASILO: A IMPORTÂNCIA DA CORRETA CONCEITUAÇÃO

Vivemos dias de informações que se atualizam instantaneamente, alcançando cada vez mais um número maior de público com distintos interesses. Ao que se refere a população

de pessoas forçadas a se deslocarem de seus países, a conceituação é de extrema valia, principalmente para a população de Refugiados, até porque a diferença existe e é oriunda de uma adjetivação criada por um sistema que busca proteger os respectivos grupos. Encontra-se no artigo 1º, §2º da Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados a definição de quem se configura como refugiado aquele que

[...] em consequência [sic] dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência[sic] de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Ao que fácil percebe-se na conceituação expressa no Estatuto do Refugiado de 1951, essa população de refugiados consiste em pessoas que buscam escapar de uma situação perigosa e intolerável, para encontrar numa sociedade diferente da que viveu, um lugar mais humanizado que lhes proporcione reconstruir suas vidas de maneira digna e com garantias. A importância da correta utilização do termo é, também, uma maneira de se aplicar a efetiva proteção das garantias de seus direitos tendo como máxima a dignidade humana. O Refugiado é protegido pelo direito internacional, pela Convenção da ONU de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados e seu Protocolo de 1967; no Brasil a matéria é abrangida pela Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997 – criador do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

No entanto, a definição encontrada na Convenção possuiu uma limitação espaço-temporal que não incluía os refugiados deslocados depois do período estabelecido. Para a resolução desta problemática, o Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados amplia a definição de refugiado para uma maior abrangência e proteção. Atualizando novamente o conceito de refugiado, em 1984 adotou-se a Declaração de Cartagena, trazendo para o conceito aqueles indivíduos que se deslocam de seus países por conta de violações aos direitos humanos e guerras. Todos esses documentos atuam em complementariedade uns com os outros, ampliando assim a definição de quem é o refugiado.

Frequentemente confundido pela mídia e o público em geral, diferente dos Refugiados – que se deslocam por motivos de perigo e intolerância – os imigrantes escolhem sair de seu país na busca de trabalho, educação de qualidade ou por motivos pessoais. Estes são tratados de acordo com a própria Legislação do país a ser imigrado.

Classificando-se em diplomático ou territorial, o requerente de asilo tem sua conceituação originária do Tratado de Direito Penal Internacional de Montevideu de 1889. No plano interno o asilo é garantido pela Constituição da República Federativa de 1988, expressas no artigo 4º, inciso X, gerenciando suas relações internacionais. A garantia ao benefício de asilo é dada após a concessão, antes disso, o asilado encontra-se em situação irregular no país onde o asilo tenha sido requerido.

Levando-se em conta os aspectos mencionados, fica clara a dimensão protetiva que a correta utilização dos termos quando tratados assuntos referentes a essa população que diariamente desloca-se de seu país, seja por vontade própria, por motivos de refúgio ou asilo. A influência dos termos corretos são a prima vista à garantia dos direitos fundamentais dos respectivos grupos. Principalmente quando voltadas as atenções à população de Refugiados; homens, mulheres, idosos e crianças que arriscam suas vidas numa trajetória perigosa sob condições desumanas dentro de embarcações precárias pelo Mediterrâneo, onde, talvez a fé por dias mais serenos seja a única razão que lhes conceda forças para continuar arriscando sob a linha tênue do presente e do futuro que mesmo assim continua incerto.

3 CAUSAS DO MOVIMENTO DOS REFUGIADOS E UMA BREVE NOÇÃO SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DOS PAÍSES

Os motivos que levam os refugiados a saírem de seus países de origem é de grande leva, eles acabam deixando suas memórias, onde nasceram e instituíram suas famílias. Guerras civis, conflitos internos, desastres ambientais, perseguições por ideologias diferentes – constatado principalmente em países que vivem Ditaduras Militares -, problemas socioeconômicos, graves violações aos direitos humanos e a dignidade da pessoa humana, são os principais motivos que de uma certa forma obrigam os indivíduos a fugir de seus países por algum período de tempo, ou levam até mesmo nem a retornar, estabelecendo-se definitivamente no país que o acolher. Sobre o tema, Pietro Alarcón faz importantes considerações ao destacar que: “[...]reféns do cenário da guerra e temendo por suas vidas, abandonam seus locais de trabalho e moradia e procuram proteção em distantes regiões, fora do seu país” (2013, p. 99).

Os conflitos que ocorrem nas regiões ou nos países onde as pessoas residem, são na maioria das vezes muito violentos, despertando o sentimento de medo, angústia, pavor e insegurança, pois temem ao ver que na realidade podem perder seus familiares, amigos e

conhecidos por conta destes conflitos e decidem tomar a drástica atitude, sendo por vezes a única cabível na situação, de terem que sair dos seus países para tentar a sorte em outra localidade, na busca de proteção para si e sua família.

Para Hannah Arendt (2013), já nos tempos do nazismo, a luta dos refugiados tornou-se conhecida. Como abordado anteriormente, as duas grandes guerras configuraram a principal causa pela qual ocorreu um grande movimento dos refugiados. É importante mencionar as palavras de Hannah Arendt, importante filósofa do século XX:

A história da nossa luta finalmente tornou-se conhecida. Perdemos a nossa casa o que significa a familiaridade da vida cotidiana. Perdemos a nossa ocupação o que significa a confiança de que tínhamos algum uso neste mundo. Perdemos nossa língua o que significa a naturalidade das relações, a simplicidade dos gestos, a expressão impassível dos sentimentos. Deixamos nossos familiares nos guetos polacos e os nossos melhores amigos foram mortos em campos de concentração e tal significa a ruptura das nossas vidas privadas (2013, p. 8).

Atualmente, podemos citar como exemplos, os casos do movimento dos refugiados na Síria e no Afeganistão, sendo que a tragédia da Síria é considerada pela ONU como a pior deste século. Neste caminho, rumo ao país de acolhida, na busca de melhores condições de vida e dignidade, muitos acabam morrendo em grandes números, geralmente nas viagens que são muito perigosas e realizadas de modo precário devido a urgência, afetando a saúde física e mental dos sujeitos. Tal situação ganhou grande enfoque na mídia, quando foram divulgadas imagens de uma criança síria morta devido a embarcação que se encontrava ter afundado. Esta é apenas uma das inúmeras tragédias que corroboram com mais mortes nas tentativas de fuga dos refugiados. O presente aumento das mesmas, está se dando em maior número na Europa, local que se concentra a maior rota de refúgio por abrigar uma civilização considerada de primeiro mundo e por ainda valer-se do Tratado de Schengen, que possibilita uma maior e livre circulação de pessoas entre as fronteiras regionais, mas as informações que chegam são catastróficas. A responsabilização europeia deixa a desejar, e sobressai com os mesmos ideais da era Imperialista.

Em relação aos países sujeitos a receber os refugiados, em 1951 foi adotada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, um documento de grande importância na orientação dos países dele signatários, devendo os mesmos atuarem em cooperação com a ACNUR em prol do atendimento e proteção dos refugiados. Existem muitas nações dispostas a ajudar, na tentativa de amenizar e trazer harmonia à situação dos refugiados, buscando acolhê-los de maneira mais digna e proporcionando um recomeço com

segurança e novas oportunidades. Porém, cada nação tem regras próprias dentro de acordos internacionais para definir a situação dos refugiados em seu território. Acerca da responsabilidade dos países no recebimento dos refugiados, Pietro Alarcón observa que

a concessão de refúgio, em tempos de interação do Direito Constitucional e do Direito Internacional, de internacionalização e universalidade dos direitos humanos, não pode ser juridicamente considerada uma mera potestade estatal quando em risco se encontra a vida e está em perigo ou foi lesada a dignidade humana (2013, p. 89).

Como abordado por Alarcón (2013), o refúgio tem uma grande importância no Estado, pois além de ser uma questão que está sendo intensamente discutida atualmente devido a ascensão da proteção aos direitos humanos e o fato de ser um problema que envolve toda a comunidade internacional, coloca em jogo a vida e segurança daqueles que deixam seu país de origem em busca de dignidade para si e sua família. O Brasil, por oferecer um sistema amplo de direitos e garantias, participar ativamente das questões internacionais, deve, como forma de respeitar seus preceitos constitucionais, reconhecer a condição de refugiado e desenvolver um sistema de proteção e amparo específico às famílias deslocadas.

Pelo princípio da não devolução, estabelecido pela Convenção de 1951, os países que tiverem em seus territórios refugiados, são proibidos de expulsar ou mesmo devolver contra a vontade deles para algum território em que possam vir a sofrer perseguições e sofrimento. Como enfatiza Wellington Pereira Carneiro: “O refúgio tem como coluna vertebral a garantia do non-refoulement, ou não devolução, que o diferencia qualitativamente de outros tipos de proteção das pessoas humanas” (2012, p. 22).

De acordo com a responsabilização dos países no caso de violações dos direitos dos refugiados, coloca-se em pauta que o estado que violar os direitos dos refugiados é responsabilizado no plano internacional, isso quando o regimento interno falhar, ou mesmo, ser omissor a determinada situação, eis que então surge a responsabilização no âmbito internacional, um poder supremo, acima daquilo que contenha em qualquer regimento interno. Esse plano de proteção internacional, visa que os países possam estar mais seguros e responsáveis no tocante a situação dos mesmos.

O Brasil conta com uma legislação avançada para acolhida dos refugiados, em 1997 foi promulgada a Lei Nº 9.474 com o objetivo de implementar o Estatuto dos Refugiados de 1951 e posteriormente esta mesma lei instituiu em o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) na busca da criação de eficientes políticas públicas para o recebimento e o estabelecimento dos refugiados. Como será abordado mais a frente, as estatísticas referentes

ao número de refugiados no Brasil não é a maior comparado aos índices existentes e que vem aumentando diariamente na Europa, porém, começa a preocupar, pois não se sabe ao certo a dimensão futura que a demanda poderá alcançar, e, muito menos os moldes que políticas públicas não somente em âmbito nacional, mas em cenário global terão que evoluir e atualizar-se.

4 DIREITOS HUMANOS, FUNDAMENTAIS E SUA BASE NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

4.1 OS DIREITOS HUMANOS COMO FORMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO

A concepção do homem como sujeito de direitos, é um acontecimento recente na história da humanidade, sendo que essa condição só foi reconhecida a partir da Revolução Francesa em 1789. Neste mesmo ano, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – marcada pelo triunfo do individualismo – representa o primeiro documento universal de proteção aos direitos humanos. Percebemos, assim, a importância desse período como o início da proteção do homem, considerando-o não apenas como sujeito de deveres e obrigações perante o Estado, sendo que este deveria promover e proteger também os direitos dos indivíduos.

Ao fim das duas grandes guerras mundiais – sendo de maior enfoque a segunda delas – e com todos os horrores presenciados contra a humanidade e os direitos humanos, fora necessário tomar precauções para a busca da paz, da cooperação entre as nações e para evitar a incidência de guerras futuramente. Surge assim, a fim de que todos os países a nível mundial respeitem e promovam a efetivação dos direitos humanos, o Direito Internacional dos Direitos Humanos, consagrando a concepção da possibilidade de relativizar a soberania dos países que violem os direitos humanos e a clareza da ideia de que todos os indivíduos têm direitos que devem ser protegidos a nível internacional. Segundo Flávia Piovesan (2016), com esse novo pensamento, a ideia de que a proteção dos direitos básicos do homem deva ser realizada perante a jurisdição de cada país é afastada, trazendo o novo patamar de amparo mundial.

O movimento do Direito Internacional dos Direitos Humanos é baseado na concepção de que toda nação tem a obrigação de respeitar os direitos humanos de seus cidadãos e de que todas as nações e a comunidade internacional têm o direito e a responsabilidade de protestar, se um Estado não cumprir suas obrigações (BILDER apud PIOVESAN, 2013, p. 65-66).

A partir dessa nova concepção a Carta das Nações Unidas instaurou a Organização das Nações Unidas no ano de 1945 com o objetivo principal de prevenir uma nova guerra, de outorgar a paz mundial e também de promover a cooperação entre os países, reforçando a ideia de uma unidade mundial em favor dos direitos humanos. Explanando sobre o tema, Piovesan (2013) aborda que após a criação da ONU, surge uma nova ordem internacional, pautada na relação harmonizada entre os países afim de que os direitos humanos sejam discutidos, protegidos e efetivados a nível universal.

Como aborda André de Carvalho Ramos (2014), a Carta das Nações Unidas não consagrava a garantia de todos os direitos essenciais, por isso, foi aprovada no ano de 1948, em Paris, a Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH). É compreendida como o marco da internacionalização dos direitos humanos, colocando tanto a proteção quanto a promoção de tais direitos como responsabilidade de toda comunidade internacional.

Após a criação da ONU emergiram diversos órgãos de proteção e tratados internacionais com o intuito de proteger os direitos humanos de violações e fomentar sua efetivação no âmbito mundial. É importante mencionar a proteção existente a nível regional, tanto na Europa, como na África e na América.

Feitas essas considerações, dentre muitas outras que poderiam ser mencionadas, pois o conteúdo é de suma importância, passamos para o conceito de direitos humanos, o que ele abrange, como é trazido pela DUDH, uma breve relação dos direitos humanos com o tema principal deste artigo que são os refugiados, dentre algumas outras abordagens importantes.

Os direitos humanos são todos aqueles direitos, garantias e liberdades básicas do ser humano, dotados de universalidade, ou seja, são de todas as pessoas, qualquer que seja o tempo ou o lugar, sem nenhuma distinção por raça, religião, sexo, opinião, pensamento, idioma, cultura ou qualquer outra forma de discriminação. Como já mencionado, os direitos humanos foram efetivados recentemente pelo mundo, atualmente são enunciados na maioria dos documentos, como declarações, tratados, convenções, acordos, protocolos e constituições. Segundo Napoleão Casado Filho:

Somando todas essas ideias, temos que os Direitos Humanos são um conjunto de direitos, positivados ou não, cuja finalidade é assegurar o respeito à dignidade da pessoa humana, por meio da limitação do arbítrio estatal e do estabelecimento da igualdade nos pontos de partida dos indivíduos, em um dado momento histórico (2012, p. 21).

Importante registrar as palavras conceituais de Ramos: “Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana

pautada na liberdade, igualdade e dignidade” (2014, p. 24). Percebe-se a importância de tais direitos para proporcionar aos seres humanos uma vida com dignidade, sendo que não podem ser negados a nenhum indivíduo.

Segundo Piovesan (2016), o Brasil passou a ratificar tratados de direitos humanos relevantes a partir do processo de redemocratização que sofreu, em 1985. O primeiro tratado a ser ratificado foi a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes em 1989. Após a Emenda Constitucional nº 45 de 2001, os tratados internacionais referentes aos direitos humanos, observados os procedimentos legislativos previstos na Constituição Federal – art. 5º § 3º – serão considerados equivalentes a normas constitucionais. E os demais tratados possuem força de lei ordinária.

Iniciando a discussão sobre os direitos humanos dos refugiados, pode-se abordar a proteção genérica encontrada na DUDH em seu artigo XIV que diz: “Todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. ” Tal conceito deve ser estendido tanto para os solicitantes de asilo diplomático, quanto para os de refúgio, pois ambos estão sendo perseguidos e precisam de abrigo em um país que ofereça segurança, para ali permanecer ou retornar ao país de origem depois que cessarem as causas pelas quais se deslocaram.

4.2 BREVE DEFINIÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

A dignidade da pessoa humana se configura como uma qualidade inerente a todo o ser humano, não levando em conta o lugar, a pessoa, a situação, ou seja, todos têm direito a ela pelo simples fato de serem humanos, de serem pessoas detentoras de direitos e deveres, de possuírem o direito a uma vida digna, por isso, é uma característica que não pode ser negada a ninguém. Como aborda Pietro Alarcón: “Por isso, levando em conta o sujeito econômico-social, a dignidade pressupõe condições de existência condizentes com a manutenção da vida em toda sua potencialidade” (2013, p. 107).

Sendo considerada de extrema relevância na ordem jurídica, está presente tanto nos tratados internacionais de direitos humanos, quanto na nossa Constituição democrática de 1988, a qual atribuiu a dignidade da pessoa humana o caráter de princípio fundamental do ordenamento jurídico.

Ingo Wolfgang Sarlet conceitua com muito sucesso a dignidade da pessoa humana:

Assim sendo, temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, nesse sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra

todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (2008, p. 63).

O princípio da dignidade da pessoa humana também deve ser a base para a atuação das nações em prol da proteção aos refugiados, pois a maior reivindicação de quem se desloca é ter uma vida digna, ter segurança para si e para sua família, ter seus direitos básicos respeitados e ter a chance de recomeçar no país que os acolheu.

Os direitos humanos são fundamentais para promover a dignidade da pessoa humana. A DUDH tem por uma de suas bases o respeito a esse valor fundamental, trazendo já no início de seu preâmbulo: “Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo”. Também em seu artigo 1º faz importante menção a dignidade de que todos os indivíduos têm direito: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Já em relação aos direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana é considerada em nosso ordenamento jurídico e por nossa constituição democrática como um princípio fundamental, por conseguinte, sendo considerada como fundamento do Estado Democrático de Direito. Piovesan posicionando-se sobre o tema aborda que “[...] o valor da dignidade da pessoa humana impõe-se como núcleo básico e informador de todo ordenamento jurídico, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional” (2013, p. 86-87).

Como abordado por Sarlet (2008), a dignidade, para existir, não precisa ser criada ou reconhecida pelo Direito, pois ela é condição inerente ao ser humano, no entanto, é indispensável que o Direito trabalhe para garantir, promover e proteger a dignidade humana, além da prevenção contra qualquer violação que ponha em risco esse direito.

Cabe ressaltar que o princípio da dignidade humana não possui um conceito fixo, pois é construída e reconstruída ao longo do tempo, levando consigo os diferentes anseios da sociedade da época. A cada ano que a sociedade evolui crescem os direitos básicos e indispensáveis para que a dignidade seja conservada.

4.3 OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O Brasil possui hoje um dos sistemas mais avançados de garantia de direitos do mundo. No entanto, essa condição só foi possível após a redemocratização ocorrida no país em 1985, pondo fim aos vinte e um anos do Regime Militar. Ao final desse período, era necessário um novo código para regular o país e para propor um sistema de garantias. Com isso surge a Constituição de 1988, regulando o Estado Democrático de Direito com um rol de garantias e direitos que vão do seu artigo 5º ao 17, sendo que os direitos fundamentais estão elencados ao longo do artigo 5º.

Cabe estabelecer uma compreensão do que sejam os direitos fundamentais, tão importantes no nosso ordenamento jurídico. Antonio E. Pérez Luño estabelece uma interessante definição de tais direitos:

Um conjunto de facultades y instituciones que, em cada momento histórico, concretan las exigências de la dignidade, la libertad y la igualdad humanas, las cuales deben ser reconocidas positivamente por los ordenamentos jurídicos a nível nacional e internacional (apud GUERRA, 2012, p. 100).

Como desenvolvido por Guerra (2012) os direitos fundamentais possuem uma dificuldade em sua definição, trazendo com isso certa confusão em sua identificação. A própria Constituição utiliza diferentes terminações para exprimir os direitos fundamentais, tais como direitos e garantias fundamentais, direitos e liberdades constitucionais, direitos e garantias individuais, dentre outros. Por isso, a fim de que os direitos sejam corretamente protegidos e efetivados é necessária uma melhor delimitação de seu alcance.

Ressalta-se que, segundo Piovesan, os direitos e garantias fundamentais atuam “[...] projetando-se por todo o universo constitucional e servindo como critério interpretativo de todas as normas do ordenamento jurídico ” (2013, p. 91). Tais direitos irradiam pelo ordenamento jurídico, colocando-se como pauta principal para a análise, compreensão e efetivação de normas, não somente constitucionais, mas de todas as normas que compõem nosso sistema de direito. Possuem como objetivos o desenvolvimento do país, a não discriminação, a busca por igualdade, a garantia dos indivíduos frente o Estado, a construção de uma sociedade baseada em relações justas e equânimes, limitando o poder Estatal.

Feita uma brevíssima conceituação, os direitos e garantias fundamentais são de grande importância na proteção dos refugiados que adentram em nosso país, sendo que esse tema será abordado com mais ênfase no próximo capítulo, estabelecendo uma melhor compreensão sobre os direitos e garantias que os refugiados possuem e como eles são efetivados.

5 APLICAÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS NO ORDENAMENTO JURIDICO BRASILEIRO

Conforme Luiz Sales do Nascimento, “o Brasil demonstrou vontade política e condições de receber refugiados de todo o mundo ” (2014, p. 85). Como já exposto, o Brasil vem sendo analisado no cenário internacional, como aquele que vem abrindo as portas sucintamente às pessoas que tem suas vidas atendadas em seu país de origem. A realidade do refúgio para muitos de nossos brasileiros é distante.

Apesar de constataremos migrações no âmbito interno, guerrilhas, guerras civis, cenário desolado pela crise e fome não são comuns em nosso território e em fronteiras brasileiras, tais circunstâncias, são atrativas a sujeitos que buscam recomeçar uma vida. E é a presença cotidiana destes, principalmente em metrópoles, que vem sendo debatida, apresentada e noticiada pelas mídias e são encontrados posteriormente nas ruas, muitas vezes com cenários deslumbrados de busca por uma vida mais digna que proteja o homem como sujeito de direitos. Tal situação, vem crescendo brutalmente, como vem a ser explicado pelas estatísticas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR):

De acordo com CONARE, o Brasil possui atualmente (abril de 2016) **8.863 refugiados reconhecidos**, [grifo do autor] de 79 nacionalidades distintas (28,2% deles são mulheres) – incluindo refugiados reassentados. Os principais grupos são compostos por nacionais da Síria (2.298), Angola (1.420), Colômbia (1.100), República Democrática do Congo (968) e Palestina (376) (ACNUR, 2016).

Aparentemente, os dados apresentados não são alarmantes, no entanto, os números vem crescendo ano após ano, e os cidadãos brasileiros precisam estar preparados para enfrentar determinadas situações com o uso de políticas públicas. O povo brasileiro por si só testemunha a desordem do país, critica não haver políticas públicas e sim só corrupção, quer combater o preconceito e o pratica, há violência, e não acredita o porquê de eles (refugiados) escolherem o Brasil. Colocar na tangente as realidades enfrentadas por eles é necessário, não se pode afirmar, mas várias vezes não pensamos o porquê de se procurar aqui e não vemos ela ser uma das únicas alternativas que se tem, acaba sendo uma necessidade adentrar no primeiro país com melhores condições para sobrevivência ou aquele que abre suas portas como uma mãe que abraça seus filhos. Da mesma forma, assim declara Hannah Arendt em uma das passagens de seu livro: “Depois de tanta má sorte queremos um percurso infalível. Portando deixamos a terra com todas estas incertezas para trás e lançamos o nosso olhar para o céu ” (2013, p. 9). Por si só, temos um país grandioso, que abriga diversas faces de etnias, cada

região com suas tradições e sotaques abriga em um conjunto só o que mais se procura: proteção.

Analizamos então, nossa Constituição Federal de 1988, que assegura como Direito Fundamental em seu Art. 1, inciso II, a cidadania. Este posteriormente, é incluído como Direito Individual no Título II, Caput do Art. 5 que tanto brasileiros como estrangeiros que aqui residem não podem ter seus direitos básicos violados. Surge-nos então uma questão, o exercício de nossos direitos na condição de brasileiro nos torna cidadãos¹, mas se o Artigo 95 do Estatuto dos Estrangeiros afirma: “O estrangeiro residente no Brasil goza de todos os direitos reconhecidos aos brasileiros, nos termos da Constituição e das leis”. Então, podemos reconhecer o refugiado como um cidadão? No exercício pleno de seus direitos sim, ele exerce cidadania, e é aqui que nasce a problematização com relação a regulamentação dos refugiados, exercício de seus direitos e deveres e a luta com a discriminação do diferente.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados [ACNUR], criado em 1950 previa uma rápida participação para o auxílio das pessoas no período pós-Segunda Guerra Mundial, porém a demanda de refugiados no mundo, propôs a continuação do trabalho que resultou na Convenção de 1951, um Estatuto que regulamenta de forma abrangente e geral os Refugiados, a começar por estabelecer pela primeira vez o conceito de refugiado. Como a atuação da ACNUR se abrangia somente a Europa, o Protocolo de 1967 propôs a reconstruir alguns conceitos relativos ao Estatuto do Refugiado, tornando-o aplicável também a América Latina, em vista a participação da ACNUR no Brasil por meio do Comitê Nacional para Refugiados [CONARE], um órgão de deliberação coletiva do Ministério Público que vem aparado nos Artigos 11 ao 14 da Lei Nº 9.474/97. Sua principal competência, vem a ser o art. 12:

Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I – analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II – decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III – determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV – orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V – aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

¹ Segundo o Dicionário Aurélio, Cidadão: 1_ individuo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado. 2_ individuo sujeito. Cidadania: condição de cidadão. Logo, podemos entender que cidadão é todo e qualquer indivíduo que interage com o meio social e nele adquire direitos e deveres.

Até este presente momento, quem assumia o controle sobre essas entradas e saídas no Brasil em maior massa deslocados da própria América era a Igreja Católica amparado pelas Cáritas Arquidiocesanas do Rio de Janeiro e a de São Paulo, como explica Liliana Lyra Jubilut:

Assim, as Cáritas Arquidiocesanas de São Paulo e do Rio de Janeiro exercem a função do ACNUR, em um exemplo de competência delegada (como dito, o ACNUR estabelece as regras e critérios para a ajuda, bem como fornece as verbas para tal, cabendo a elas a função de colocar essas /diretrizes em prática). Elas atuam tanto nos aspectos sociais (como, por exemplo, habitação, alimentação, cursos de português, medicamentos, etc.) quando contam com a participação da sociedade civil brasileira⁴⁹¹⁻⁴⁹² quanto nas questões jurídicas (2007, p. 196).

Buscando ampliar ainda mais as políticas referentes aos refugiados pela grande demanda que o Brasil passou a receber, e percebendo que a legislação internacional muitas vezes não se adaptava aos moldes brasileiros, fora criado em 1997, com a Lei Nº 9.474, um Estatuto do Refugiado em âmbito nacional, sendo uma das legislações mais modernas referentes a temática, segundo a ACNUR. Este sem sombra de dúvidas, é uma das maiores inovações sobre a matéria que versa sobre a parcela que maior aplica as garantias dos refugiados em nosso ordenamento jurídico, em parceria com as demais entidades governamentais e não-governamentais, como sucintamente declara Jubilut:

A acolhida dos refugiados abrange três programas principais, que são: (1) Proteção: realizada pela fiscalização da aplicação dos diplomas legais sobre refugiados (que no Brasil são a *Lei 9.474/1997* e a *Convenção de 1951, revisada pelo Protocolo de 1967*) [grifo do autor]; e (2) Assistência e (3) Integração: que tratam dos aspectos sociais e cotidianos dos refugiados, visando à sua integração à sociedade brasileira e o resgate de sua dignidade (2007, p. 32-3).

Os refugiados quando deixam seus países de origem, são deslocados escondidos em navios e outros veículos de transporte, por fronteiras de terra, o que viola os Direitos Humanos no que tange a dignidade da pessoa humana, sendo que as condições de sobrevivência – alimentação, higiene, segurança, transporte são abalados incalculavelmente. Como muitos se encontram sem documentação e pertences, somente com a roupa do corpo, dependendo das circunstâncias em que fogem de seus países, dificulta demasiadamente a situação. Para tanto, o primeiro passo para adquirir uma nova vida no Brasil, é a concessão do status de refugiado, que poderá ser requerida as autoridades migratórias nos postos de fronteira, como assim salienta o Art. 7 da Lei nº 9.474/97, do Estatuto do Refugiado. Porém, a história de receio em entrar em contado com órgãos de polícia e outras entidades que fazem

uso de força, não são encontradas somente em novelas e filmes, ela existe e é enfrentada pela maioria dos apátridas.

Há dois caminhos: viver ilegalmente sem documentação ou poder exercer seus direitos, ter segurança, dignidade e ser acima de tudo reconhecido como pessoa pela lei e qualquer lugar, como aponta o Art. 6 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O Brasil, em seu Estatuto do Refugiado no Art. 8 diz que “O ingresso irregular no território nacional não constitui impedimento para o estrangeiro solicitar refúgio à autoridades competentes”, isto quer dizer que o Brasil é o único país a abrigar pessoas sem qualquer documentação. O outro caminho, escolhido por grande parte dos que aqui adentram, está vinculado à procura de centros de acolhimento. No Brasil, as Cáritas Arquidiocesanas fazem esse papel. São elas que desempenham o trabalho inicial de acolhimento, encaminham os refugiados para a Polícia Federal² onde é emitido um termo de Declaração com as principais informações do solicitante, base para um futuro questionário que deverá constar todos os dados do solicitante junto anexos documentos a ele pertencentes. O questionário segundo cartilhas disponibilizadas pela ACNUR será enviado ao CONARE que emitira o Protocolo Provisório, em outras palavras.

Após estas etapas, uma segunda entrevista é realizada por um advogado representante da ACNUR. Logo em seguida, toda documentação colhida é apresentada a uma comissão com representantes de diversas entidades que versam sobre a matéria, incluindo a própria ACNUR, onde então será estabelecido a concessão ou a negação do pedido do refugiado, que será comunicada de imediato a Polícia Federal. As garantias do refugiado a partir de seu reconhecimento começam a ser explanadas de imediato em nosso território brasileiro, sendo protegidos juridicamente, a começar pelo recebimento do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE). Quando rejeitado, o refugiado poderá entrar em até quinze (15) dias com recurso ao CONARE, mas se persistir a decisão, será recepcionado pelo Estatuto do Estrangeiro como ocorre com as demais pessoas que adentram em nosso país.

As políticas públicas no tocante a garantia dos direitos humanos e fundamentais ao ser humano contrafazem ser efetivas, por vez, sabemos que a realidade teórica não condiz com a prática. Como veremos a seguir, nossa Constituição Federal de 1988 assegura uma série de direitos fundamentais aos refugiados, porém, muitos destes encontram lacunas para serem

² Art. 9º A autoridade a quem for apresentada a solicitação deverá ouvir o interessado e preparar termo de declaração, que deverá conter as circunstâncias relativas à entrada no Brasil e às razões que o fizeram deixar o país de origem.

aplicados a brasileiros natos, imaginemos, portanto, como ocorre a efetivação a estes que apresentam diferenças linguísticas e culturais.

Pelo Princípio da Dignidade Humana, todo ser humano tem direito a uma vida digna, e isto reflete ao que já fora mencionado na condição de cidadão. O refugiado, assim sendo, terá direito, como propõe o Art. 6 da Lei Nº 9.474/97: “O refugiado terá direito, nos termos da Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, a cédula de identidade comprobatória de sua condição jurídica, carteira de trabalho e documento de viagem.”

Portanto, assim como todos nós brasileiros, o refugiado terá direito ao trabalho digno e formal – Art. 5º, XIII CF, que respeite as leis trabalhistas, garantindo um salário incorruptível, proibição do trabalho infantil, igualdade de gêneros e sobre tudo não o impeça de obter a CTPS (Carteira de trabalho e Previdência Social).

Todavia, não é assim que esse direito é efetivado. As dificuldades para os mesmos serem empregados são inúmeras. Como muitos não apresentam documentação, provar cursos profissionalizantes e ensino superior se torna burocrático. Dificuldades linguísticas e culturais são encontradas e a adaptação é lenta. Junto a essa problemática, muitos brasileiros questionam não haver empregos em meio à crise política e econômica, e como haverá a todos os estrangeiros que aqui buscam refúgio. Em meio a essa situação vulnerável, muitos refugiados ingressam em redes de exploração (trabalho – casos de fábricas de costuras, fazendas, etc., exploração sexual, trabalho infantil, mercado negro – drogas, órgãos, venda de crianças, etc.). Cabe à população compreender que na maioria das vezes, empregar pessoas de diferentes nacionalidades – como os refugiados – com outras culturas, fluência em diferentes idiomas, tendem a enriquecer o mercado. E é o aprendizado com o diferente que vem a auxiliar na recepção de turistas estrangeiros para visitação e em tempos de eventos.

O vasto ramo de garantias disponibilizadas aos refugiados abrange também o direito à saúde, sendo de caráter do Sistema Único de Saúde [SUS], podendo os mesmos serem atendidos em quaisquer pontos de atendimento (postos, hospitais, prontos-socorros) públicos ou por meio da saúde privada.

Com relação à educação, reafirmam-se os mesmos direitos de brasileiros natos aos refugiados. A educação pública, tanto no ensino básico que compreende os primeiros anos da educação até o ensino médio, assim como cursos profissionalizantes disponibilizados pelos Cinco (5) “S” do Governo (Sebrae, SESI, SESC, SENAC, SENAI) são fundamentais e ativos, uma vez que buscam qualificar e inserir o refugiado no meio social. Diversos são os relatos de refugiados em meios eletrônicos que conseguiram um ofício através de cursos

profissionalizantes, em áreas de culinária, auxiliares em obras de construção civil, área de idiomas e tantos outros, podendo assim, apresentar a cultura de seu país de origem e proporcionar uma expansão cultural em nosso país. Outro ponto interessante, segundo dados da ACNUR (2016), são as Universidades Federais, que vem disponibilizando vagas para a conclusão de cursos superiores para os refugiados, como é o programa Política Migratória e a Universidade Brasileira, da Universidade Federal do Paraná [UFPR], com o objetivo de acolher emergencialmente os refugiados, visando maior integração e aproximar o Direito Internacional de nossa realidade.

Muitas entidades, ONGs, e população em geral, buscando auxiliar os refugiados prestando apoio assim como as Cáritas, com aulas voluntárias e gratuitas de português, acolhimento em alojamentos, buscando políticas públicas para habitação, alimentação, saneamento básico e tantas outras, em vista a isto, muitos depoimentos podem ser reportados da grande hospitalidade lançada aos refugiados em território brasileiro, segundo os mesmos a acolhida é grandiosa, como destacou Hanan Dacka de apenas 12 anos de idade ao abordar o ensino educacional que recebe no Brasil em uma matéria da ACNUR.

A acolhida por vezes é receptiva, mas muitas vezes as obras enfatizadas pela mídia escondem o descaso existente do preconceito. Os costumes, idioma, cultura, fazem os diferentes serem reconhecidos e o preconceito vir à tona, com repúdio a vagas de emprego, a escola e assim a integração social. A população apresenta receio a tantos atendidos vistos no cenário mundial, a economia não vem auxiliando e a cultura de repúdio ao diferente em pleno mundo globalizado ainda enfreia tal perspectiva. Porém o Brasil, pelo Art. 7, § 1.º da Lei 9.474/97 dispõe: “Em hipótese alguma será efetuada sua deportação para fronteira de território em que sua vida ou liberdade esteja ameaçada, em virtude de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política”. Por vias destas, somente casos que atentam à segurança nacional e à ordem pública poderá haver devolução, expulsão ou extradição do refugiado. O refugiado tem direito a transitar pelo território nacional do país que o recebeu, tem direito a todas as condições de ser humano atrelados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que o protege assim como o Art. 5, inciso XLII da Constituição Federal de 1988 declara ser crime inafiançável e imprescritível a prática do racismo assim como aos Direitos Sociais do Art. 6 da mesma Constituição.

Assim como o já disposto, o refugiado goza também do direito fundamental apresentado no Art. 5º, inciso LXXIV da CF/88, o qual menciona ser responsabilidade estatal a concessão de assistência jurídica àqueles que não tem condições financeiras, o mesmo se

aplica aos programas sociais os quais os refugiados também tem direito, como Bolsa Família, Tarifa de energia elétrica, Projovem, Minha casa, minha vida e tantos outros programas assistenciais disponibilizados pelo governo aos quais os refugiados devem recorrer as sedes do poder executivos de suas cidades – Prefeituras municipais.

Hans Kelsen já identificava o homem enquanto sujeito de direitos e deveres, sendo o Estado responsável por aplicá-los à condição cidadã, todavia, os refugiados como fora explanado, saem de seus países por não terem seus direitos efetivados. No Brasil, os mesmos encontram barreiras para suas concretizações, mas não desqualificam seus deveres. O refúgio solicita que os mesmos prezem pelo respeito às leis e entidades, a atualização de cadastros assim como respeitem todos os demais cidadãos, podendo ser punidos judicialmente por práticas abusivas.

Estando com a devida legalização em dia e dentro dos padrões burocráticos brasileiros, o refugiado que vive quatro (4) anos no Brasil poderá requisitar a residência permanente, desde que se enquadre em um (1) dos requisitos propostos de permanência no país que vão do período de moradia até a atividade econômica que desempenham. Não é à toa que o Brasil é um dos países com uma das legislações mais modernas no que se refere ao refúgio. A Lei 9.474/97, visando um alcance futuro, buscou trabalhar e trouxe no Título Das Soluções Duráveis, cinco (5) artigos – Art. 42 ao 46 que tratam da problemática da Repatriação, da Integração Local e do reassentamento.

A Integração Local é a que mais vem a ser ilustrada, e que consiste na busca pela efetivação de direitos, deveres e garantias. A repatriação, uma ação de alcance voluntário, seria apenas uma passagem do refugiado por nosso país, um acolhimento temporário que digamos de passagem, solidário. O refugiado goza de todos os direitos de proteção e quando a situação de calamidade vivenciada em seu país de origem estiver cessada, ocorre seu retorno intercalado pela ACNUR, que garantem condições de segurança. O reassentamento é o tema mais delicado enfrentado pelos refugiados. Não a possibilidade de volta ao país de origem tão pouco a permanência no país de refúgio devido a problemas vindos do princípio inicial. Nosso país atualmente não dispõe dessa garantia, assegurando somente políticas públicas de integração e não existindo avanço naquelas destinadas a temática da proteção a tortura e risco de vida.

O Brasil já adotou políticas públicas, mas ainda tem muito a avançar nesta questão, uma vez que se percebe que tem soluções a médio e curto prazo, pois o processo de recebimento ainda necessita de um vasto método até os assentarem. A expectativa que se

segue é que as políticas públicas brasileiras supram as necessidades dos refugiados que precisam reconstruir suas vidas, com segurança e tranquilidade sem violação de seus direitos básicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adequação brasileira em fins legislativos que dizem respeito aos refugiados comove o cenário internacional por ser tão receptiva e inovadora, uma vez que, o reconhecimento do *status* de refugiado tanto no Brasil como no mundo, não se configurou de forma genérica, mas fora um processo lento, envolto pela questão histórica, principalmente do século XX. No Brasil, podemos articulá-la em sentido literário como umas das bases de obra de transição, criada posteriormente a outros, a Lei 9.474/97, *que trata do instituto do refúgio inaugurando um dos tantos novos ideais que se articulariam pós um período ditatorial que o Brasil vivenciava até então, tratando do refugiado com uma legislação atualizada que carece de proteção e auxílio.*

Diferentemente do que sugerem outras legislações, o Brasil inova em todos os sentidos, ele trata detalhadamente das necessidades básicas que o refugiado adquire ao entrar em contato com o termo cidadão. Há entidades que dão apoio às políticas públicas que se sugere, no entanto, dificuldades de cunho econômico, político, social e cultural são barreiras para a efetivação jurídica e reintegração destes sujeitos que são agredidos integradamente por causas ideológicas e sociais.

O Brasil tem recebido cada vez mais refugiados vindos principalmente da região da Síria, sendo que a principal causa está nas violações aos direitos humanos. Esse aumento ocorre devido à facilitação do governo brasileiro para a entrada no país, em contraponto com a Europa, que dificulta a entrada legal de refugiados. Apesar de possuir uma das legislações mais avançadas, e vale ressaltar que o processo para concessão do refúgio ocorre de maneira mais rápida que em outros países, os indivíduos que entram no país passam por uma série de dificuldades econômicas, como para conseguir emprego e um lugar para se estabelecer. Esses obstáculos ocorrem, na grande maioria das vezes, devido à rejeição e ao preconceito da população local, tornando a busca por trabalho cada vez mais difícil. Além disso, questões culturais e linguísticas consistem em contratempos para a comunicação entre os refugiados e os brasileiros.

Conclui-se, por fim, que a temática abordada da garantia dos Direitos Humanos e Fundamentais em território brasileiro é um notório debate de saber jurídico que deve abranger com maior ênfase a população brasileira. O fato de o Brasil possuir uma legislação forte e preparada, não traz à tona a verdadeira situação que os refugiados passam para se adequar no país. O Brasil ainda consegue trabalhar com a rápida concessão de refúgio e acolhimento dos sujeitos deslocados, no entanto é imprescindível o fortalecimento das políticas públicas frente ao aumento dessa população de refugiados. É preciso primar pela reconstrução de um planejamento que vise a conscientização da população brasileira, pois a mesma ainda possui dúvidas e enfrenta com temor o diferente.

É necessário que a implementação da legislação ocorra de maneira satisfatória, para que no futuro não se enfrente uma crise pior do que a vivenciada atualmente e para que seja assegurada de maneira eficaz o estabelecimento e desenvolvimento dos refugiados em território brasileiro. Frente à legislação nacional de grande astúcia, sugere-se abordagens para um futuro trabalho que debata as práticas penais e o instituto das crianças no que versa ao refugiado.

REFERÊNCIAS

ACNUR. *Cartilha para solicitantes de refúgio no Brasil*. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2010/Refugio_no_Brasil.pdf?view=1> Acesso: 21 maio 2016.

ACNUR. *Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/refugiados.htm>>. Acesso em: 11 maio de 2016.

ACNUR. *Declaração de Cartagena*. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf?view=1> Acesso em: 24 maio 2016.

ACNUR. *Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados*. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Refugiados-Asilos-Nacionalidades-e-Ap%C3%A1tridas/protocolo-sobre-o-estatuto-dos-refugiados.html>> Acesso em: 15 maio 2016.

ACNUR. *Sistema de Refúgio brasileiro*. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema de Refugio brasileiro - Refugio em numeros - 05 05 2016](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Sistema%20de%20Refugio%20brasileiro%20-%20Refugio%20em%20numeros%20-%2005%2005%202016)> Acesso: 15 maio 2016.

ALARCÓN, Pietro. Direitos Humanos e Direitos dos Refugiados: a Dignidade Humana e a Universalidade dos Direitos Humanos como fundamentos para superar a discricionariedade estatal na concessão do refúgio. In: Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH): *Caderno de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*. Brasília, v. 8, n. 8. dez. de 2013. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2009/cadernos/Caderno_de_Debates_8.pdf?view=1> Acesso em: 14 mar. 2016.

ARENDT, Hannah. *Nós, os refugiados*. Universidade da Beira Interior. Covilhã, 2013. 20p. (Coleção: Textos Clássicos de Filosofia). Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/20131214hannah_arendt_nos_os_refugiados.pdf> Acesso: 27 mar. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. *Estatuto do Estrangeiro*. 19º ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997*. Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm> Acesso em: 15 maio 2016.

CARNEIRO, Wellington Pereira. A Declaração de Cartagena de 1984 e os Desafios da Proteção Internacional do Refugiados 20 Anos Depois. In: SILVA, César Augusto da. (org.). *Direitos humanos e refugiados*. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/direitos-humanos-e-refugiados-cesar-augusto-da-silva-org.pdf>> Acesso: 08 Mar. 2016.

CASADO FILHO, Napoleão. *Direitos humanos e fundamentais*. São Paulo: Saraiva, 2012. Coleção saberes do direito; 57. Disponível em: <<http://lelivros.online/book/download-direitos-humanos-fundamentais-vol-57-col-saberes-do-direito-napoleao-casado-filho-em-epub-mobi-e-pdf/>> Acesso: 21 de maio.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa*. 8º ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GUERRA, Sidney. *Direitos humanos & cidadania*. São Paulo: Atlas, 2012.

JUBILUT, Liliana Lyra. A Acolhida da População Refugiada em São Paulo: A Sociedade Civil e a Proteção aos Refugiados In: SILVA, César Augusto da. (org.). *Direitos humanos e refugiados*. Dourados: UFGD, 2012. Disponível em: <<http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/direitos-humanos-e-refugiados-cesar-augusto-da-silva-org.pdf>> Acesso: 08 mar. 2016.

JUBILUT, Liliana Lyra. *O Direito Internacional dos Refugiados e sua aplicação no Ordenamento Jurídico Brasileiro*. São Paulo: Método, 2007. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/O_Direito_Internacional_dos_Refugiados.pdf?view=1> Acesso em: 11 mar. 2016.

NASCIMENTO, Luiz Sales do. *A cidadania dos refugiados no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Verbatim, 2014.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> > Acesso em: 15 maio 2016.

ONU. *Universidade federal do Paraná recebe refugiados que interromperam estudos em seus países de origem*. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/universidade-federal-do-parana-recebe-refugiados-que-interromperam-estudos-em-seus-paises-de-origem/> > Acesso em: 28 maio 2016

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. 14. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Disponível em: <<https://uni9direito1c.files.wordpress.com/2014/02/direitos-humanos-e-o-direito-constitucional-internacional-flc3a1via-piovesan-pdf.pdf>> Acesso em: 15 de maio de 2016.

PIOVESAN, Flávia. *Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos: jurisprudência do STF*. 2016. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/16470-16471-1-PB.pdf>> Acesso em: 23 de maio de 2016.

PLENARINHO. *Refugiados: entenda por que muitas pessoas estão fugindo de seus países*. Brasília. Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC. Set. 2015. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/infantil/voce-sabia/2015/09/refugiados-entenda-por-que-muitas-pessoas-estao-fugindo-de-seus-paises> > Acesso em: 31 maio de 2016

RAMOS, André de Carvalho. *Curso de direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2014. Disponível em: <<http://lelivros.online/book/baixar-livro-curso-de-direitos-humanos-andre-de-carvalho-ramos-em-pdf-epub-e-mobi/>> Acesso: 18 de maio de 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1988*. 6. Ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

RECEBIDO EM: 03/10/2016

ACEITO EM: 04/07/2017
